

Discursos sobre a fala feminina e produção de metalinguagem da resistência feminista

Ana Carolina Neves Dias¹

Carlos Félix Piovezani Filho²

RESUMO:

Uma intensa produção discursiva sobre a fala feminina é condicionada por um sexismo aplicado à fala pública (Courtine; Piovezani, 2018) e contribui para sua própria conservação. A partir da Análise do Discurso, tomamos por objetivo apresentar o longo silenciamento aplicado às mulheres na cultura ocidental e a crescente, mas ainda incipiente, resistência feminista que se lhe opõe. Para tanto, elaboramos um arquivo composto de enunciados metalinguísticos em que se materializam tentativas de silenciamento feminino e em que resistências feministas se insurgem contra essas violências. Dada a centralidade da noção de metalinguagem para este trabalho, por compreender tanto nosso objeto de estudo quanto nosso objetivo com a produção de saberes linguísticos, dedicamos-lhe nossa seção inicial, a fim de explicar nosso interesse mais específico por uma “metalinguagem da resistência feminista”. A discussão é organizada em três momentos: primeiro, apresentamos enunciados ilustrativos dessa misoginia discursiva ao longo da história Ocidental, compreendendo textos literários, religiosos e educativos de considerável relevo e alcance; em seguida, exemplificamos como tanto a omissão masculina a respeito das mulheres quanto a colocação das mulheres em discurso pelos homens concorre para o silenciamento feminino. Finalmente, analisamos um episódio de silenciamento aplicado à Marina Silva ainda neste ano de 2025, evidenciando que esse sexismo segue presente, e por isso mesmo, seu combate deve ser um compromisso urgente.

PALAVRAS-CHAVE: Fala feminina. Sexismo. Metalinguagem.

¹ Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: carolina.dias2807@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3612-983X>.

² Professor associado do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: cpiovezani@ufscar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5981-0305>.

1 INTRODUÇÃO

Foi Roman Jakobson quem estabeleceu a ideia mais célebre e basilar de metalinguagem: “sempre que o remetente e/ou o destinatário têm necessidade de verificar se estão usando o mesmo código, o discurso focaliza o código; desempenha uma função metalinguística (isto é, de glosa)” (Jakobson, 1960, p. 127). Imediatamente após essa definição, ele oferece ainda um enunciado que a exemplifica: “‘Não o estou compreendendo — que quer dizer?’”. Nessa perspectiva bastante instrumental, a função metalinguística consiste no recurso à fala para esclarecer elementos e/ou recursos da fala, recorrendo ao código para solucionar um problema relativo ao próprio código.

Acrescentando complexidade à noção, Antoine Culioli (1968) concebe a metalinguagem como processo e produto típicos do domínio especializado da linguística, em contraste com uma “atividade metalinguística não consciente”, denominada “epilinguística”, identificável com frequência nas interações linguísticas cotidianas. Por esse ângulo, então, embora não lhe seja exclusiva, a metalinguagem é a atividade principal do linguista, que manipula conscientemente a linguagem para tratar dela mesma.

Por sua vez, Sylvain Aurox (1992) sustenta que epilinguagem e metalinguagem formam um *continuum* e que sua relação é comparável, mas não idêntica, àquela entre percepção e representação nas ciências da natureza, domínio do qual os saberes linguísticos se diferenciariam por terem rompido com a percepção (epilinguagem) apenas esporadicamente. Aurox distingue ainda metalinguagens de natureza prática e de natureza especulativa, hierarquizando-as e apontando o surgimento da escrita como um evento histórico decisivo para a sua produção, já que, objetivando a linguagem, a escrita a apresenta como objeto distinto do sujeito que a produz e como uma incógnita a ser conhecida.

Jürgen Trabant (2021), por seu turno, estabelece uma diferença entre problemas de ordem comunicativa e de ordem cognitiva na produção de enunciados metalinguísticos. Os primeiros seriam mais rudimentares e recorrentes, como o não entendimento de uma forma linguística, a barreira idiomática ou ainda a produção de textos que requerem habilidades específicas. Já os problemas cognitivos surgiriam em circunstâncias nas quais se coloca sob suspeita a própria eficácia instrumental da língua, isto é, quando falantes se dão conta de que as palavras são representações e que, por isso, suas relações com as coisas não são unívocas nem transparentes.

Examinando politicamente a produção de metalinguagens, esse autor concebe a oposição entre discursos e práticas coloniais, de um lado, e o potencial libertário da linguística, de outro. O colonialismo teria sido uma atroz condição para o “encontro” dos europeus com os outros povos e, por extensão, um fator decisivo para o surgimento da linguística. Porém, mesmo derivando do colonialismo, a linguística se tornaria anticolonialista: “ela é um passo decisivo a caminho da descolonização, porque ela respeita e celebra a alteridade dos seres humanos” (Trabant, 2021, p. 81).

Na esteira desse potencial libertário da metalinguagem, Carlos Piovezani (2020) propôs uma “metalinguagem da emancipação popular” como ponto de chegada de um estudo histórico de discursos da estigmatização e da exclusão da fala popular do espaço público e de suas resistências a tais discursos. Uma regular atribuição de estigmas e de deficiências aos desempenhos oratórios de sujeitos das classes populares e, em contrapartida, de prestígio e de capacidades àqueles das classes abastadas alimenta desigualdades de ordem material e simbólica. Apesar de importantes e crescentes resistências a essa produção discursiva, nem os progressistas nem os próprios oprimidos estão imunes à reprodução de preconceitos contra a “voz do povo”, dado o efeito de evidência desses discursos na longa duração histórica. Piovezani sugere, então, que uma metalinguagem provida de sabedoria popular e incrementada por avanços científicos comprometidos com as causas populares tem “enorme potencial emancipatório” (2020, p. 269).

Esse ponto de chegada inspirou-nos a identificar e a analisar o que designamos uma metalinguagem da resistência feminista contra práticas discursivas de depreciação, deslegitimação e interdição da fala feminina, especialmente na esfera pública. Análoga e concomitantemente à opressão das classes abastadas em relação às classes populares analisada por Piovezani (2020), há a opressão da dominação masculina sobre as mulheres, de modo que a reprodução dessas ideias produz um efeito de evidência, dificultando a emancipação feminina de variadas formas: seja pela preparação de uma audiência indisposta à escuta de mulheres, seja pela internalização de crenças negativas por elas mesmas, que passam a evitar, justificada e infelizmente, o exercício da fala, “jogando a toalha”.

São exemplos da metalinguagem da resistência a que nos referimos a relativamente recente elaboração, pelo movimento feminista, de termos metalinguísticos para designar estratégias de silenciamento feminino, como o *maninterrupting* — a interrupção masculina das intervenções das mulheres — e o *mansplaining* — a atitude masculina de explicar a mulheres

questões óbvias ou das quais elas têm mais domínio. Também exemplificam a metalinguagem da resistência feminista aquelas e aqueles que, mesmo não utilizando termos técnicos, apontam usos da linguagem de aliados e de adversários para denunciar tentativas de desqualificações, invalidações e interdições de intervenções femininas. Adicionalmente, pesquisadoras e pesquisadores que, investigando cientificamente as expressões linguísticas e discursivas do sexismo, produzam metalinguagem que, individualizando-as e descrevendo-as, contribuam para denunciá-lo e combatê-lo, também estão operando uma metalinguagem da resistência feminista.

Este trabalho se concentra na metalinguagem da resistência de duas maneiras: no nível de seu objeto e no nível de sua própria existência. No nível do objeto, orientamo-nos metodologicamente pela seleção de enunciados metalinguísticos, afinal este é um critério que nos conduz, de maneira mais assertiva, à identificação de discursos sobre a fala feminina, tanto daqueles que buscam calá-la quanto daqueles que buscam superar essa insistente perseguição. No nível de sua própria existência, ao produzir metalinguagem científica acerca dessa problemática, este trabalho é mais um movimento na direção de favorecer o reconhecimento, a compreensão e a necessária inconformação diante dessa fastidiosa ladainha da dominação masculina, seguindo passos já iniciados, por exemplo, por Braga e Piovezani (2025) no Brasil, e de Cameron (2022) e Coulomb-Gully (2022) no exterior.

Os discursos sobre a fala feminina ao longo da história são forjados a partir de formações discursivas. Para Michel Pêcheux, a formação discursiva representa “‘na linguagem’, as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (Pêcheux, 1995, p. 161). Essas formações ideológicas são conjuntos complexos de “atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras” (Haroche *et. al.*, 2020), os quais comportam uma ou várias formações discursivas, que determinam o que pode ser dito a partir de uma dada posição em dada conjuntura.

A partir dessa definição, entendemos que os sujeitos não são a origem dos dizeres, mas retomam determinados discursos sem se darem conta disso, através do efeito de “sempre-já-ai por efeito da interpelação ideológica” (Pêcheux, 1995, p. 164), seja para subscrevê-los, modificá-los, contestá-los ou rejeitá-los. A observação atenta das formas dos dizeres, da colocação do discurso no eixo da linguagem através de escolhas lexicais, sintáticas e textuais, por exemplo, ajuda-nos a identificar essas retomadas. Também a observação da materialidade

dos enunciados, que ganham corpo e alcance através de distintos corpos, vozes, espaços e tecnologias permite entender melhor seus efeitos. Nesse sentido, para a identificação, descrição e interpretação dos enunciados que nos interessam, serão considerados os aspectos da constituição histórica, da formulação linguística e da circulação social dos sentidos (Orlandi, 2001).

Nosso itinerário organiza-se da seguinte maneira: primeiramente, reproduzimos enunciados metalinguísticos de significativo relevo que ilustram distintas estratégias de silenciamento feminino; em seguida, mostramos que diferentes movimentos da dominação masculina — sua omissão, por um lado, e seu elogio às mulheres, por outro — são apenas efeitos de superfície distintos à serviço de um mesmo objetivo: mantê-las apartadas das discussões políticas. Por fim, analisamos uma recente tentativa de silenciamento contra Marina Silva, a despeito de seu incontestavelmente legítimo direito à fala.

2 INTERDIÇÕES, DEPRECIAÇÕES E CONTENÇÕES DA FALA FEMININA

Na Grécia Antiga, berço idealizado da democracia, as mulheres não podiam participar de negócios públicos, alijadas, como os escravizados, da cidadania. Em *A revolução das mulheres*, de Aristófanes, o mote para a comicidade consiste justamente no impensável de estas se fantasiarem de homens a fim de falar na assembleia, isto é, de tomarem parte nas discussões políticas: “De repente levantou-se um, muito branco, subiu à tribuna e começou a falar com uma voz meio esganiçada, dizendo que o governo devia ser entregue às mulheres” (Aristófanes, n.p.), diz o personagem Cremes, contribuindo para a ideia linguística segundo a qual a voz feminina é desagradável.

Mais uma “prova” para a inaptidão feminina à esfera política mobilizada por Aristófanes é a ideia de que a fala feminina é excessiva — “E qual é a mulher que precisa treinar para falar?” (Aristófanes, n.p.) — e inoportuna, como exemplifica a personagem que, antes de se pronunciar na assembleia, desejava tomar vinho, carecendo, portanto, da seriedade esperada para a política: “Antes não tivesse posto esta barba; ela não serve nem para me darem um golezinho!” (Aristófanes, n.p.). Aqui, a ideia é a de que, se as mulheres não precisam treinar para falar, não é porque já teriam excelente domínio retórico e oratório, mas porque “naturalmente” falam demais: não são eloquentes, mas tagarelas.

Nesta comédia antiga, há uma depreciação da fala feminina tanto no plano do conteúdo de suas palavras quanto no plano da qualidade de sua voz. Esse duplo ataque à fala feminina constitui-se numa ideia linguística dotada de longo lastro histórico, cujos reflexos podemos observar sensivelmente: basta nos perguntarmos quantas vezes ouvimos a expressão “falar como uma matraca” para designar o desempenho oratório de um homem.

No mundo cristão, a narrativa do Gênesis culpa Eva pela queda do homem. Figura continuamente retomada com fins pedagógicos pela Igreja, sua subserviência ao homem como punição passa a ser uma herança de todas as do seu gênero: “Como em todas as igrejas dos santos, as mulheres estejam caladas nas assembleias: não lhes é permitido falar, mas devem estar submissas, como também ordena a lei” (Coríntios 14:34–35). Às mulheres só é permitido falar com outras que lhes são iguais, mas com vistas à manutenção da própria subalternidade:

Assim também as mulheres de mais idade mostrem no seu exterior uma compostura santa, não sejam maldizentes nem intemperantes, mas mestras de bons conselhos. Que saibam ensinar as jovens a amarem seus maridos, a quererem bem seus filhos, a serem prudentes, castas, cuidadosas da casa, bondosas, submissas a seus maridos, para que a palavra de Deus não seja desacreditada (Tito 2:3–5).

Se seguirmos a observação das metalinguagens produzidas sobre a fala feminina, verificaremos, ao longo da história, uma considerável profusão de discursos que conservam preconceitos. Além das escrituras bíblicas, outro material que exerce protagonismo no pensamento e nas práticas cristãs já na Era Moderna é o manual da Inquisição. Nele, uma das justificativas para insinuar que as mulheres seriam mais suscetíveis à bruxaria é a seguinte: “possuidoras de língua traiçoeira, não se abstêm de contar às suas amigas tudo o que aprendem através das artes do mal; e, por serem fracas, encontram modo fácil e secreto de se justificarem através da bruxaria” (Kramer; Sprenger, 1997, p. 115). Conforme o enunciado em exame, a linguagem feminina seria essencialmente nociva, espalhando o mal descontroladamente — bom motivo para calar sua voz com torturas e feminicídios. Eis aí a materialização da ideia linguística de que a fala feminina não é apenas inoportuna ou excessiva, como nos exemplos anteriores, mas a própria materialização do mal.

Com a Reforma Protestante, instaura-se uma ruptura relativa à educação das mulheres. A partir da ideia de que a Palavra poderia ser acessada não somente através das intervenções dos padres, mas também por leigos, multiplicaram-se as escolas para meninas. No entanto, essa

escolarização não consistiu em uma emancipação feminina, mas, antes, aproximou-se da ideia de que as mulheres podem relacionar-se com o ensino e a aprendizagem desde que se mantenham submissas. Fénelon, teólogo e educador francês, em *De l'éducation des filles*, de 1687, dá o tom que deveria reger a educação feminina: às jovens cabia sentir em relação ao saber um “pudor quase tão delicado quanto aquele inspirado pelo horror do vício” (Fénelon *apud* Perrot, 2007, p. 92). Não há espaço para qualquer ambição intelectual e a educação, nessa perspectiva, aproxima-se de um adestramento, que intenciona a docilidade.

Nessa mesma direção, já no século XIX, quando “ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família ‘burguesa e higienizada’” (D’Incao, 2004, p. 229), a aprendizagem de regras para bem receber e agradar era crucial porque as esposas consistiam em um “capital simbólico importante” para os homens. Popularizaram-se, então, os manuais de etiqueta e civilidade que, destinando-se principalmente às mulheres e complementando os manuais de retórica exclusivos aos homens, eram instruções de como falar e se comportar para obter distinção social. Se a loquacidade e a timidez deveriam ser evitadas pelos homens e pelas mulheres, no caso dessas, a recomendação implicava uma desqualificação: não deveriam ser “nem as faladoras que atordoam quem as escuta, nem as tímidas que enjoam os que delas não ouvem uma palavra sequer” (D. F. A. y G *apud* Arnoux, 2017, p. 127).

É preciso ter em mente que esses discursos envolvendo a figura feminina não são retratos de uma realidade em que as falas femininas são intrinsecamente inoportunas, desagradáveis, maléficas. Essas ideias reproduzidas expressivamente produzem e conservam preconceitos. Ora, se as mulheres foram, desde o berço da sociedade ocidental, proibidas de participar da política, não lhes restariam, evidentemente, menos temas relevantes sobre os quais falar? Se, como defende Aristóteles em sua *Retórica*, a eloquência poderia ser adquirida por instrução técnica, uma vez que as mulheres não poderiam receber tal instrução, não seria injusto avaliar seus desempenhos oratórios em igualdade de condições com os homens? E se, como discerniu Noam Chomsky (1965), existe diferença entre competência como “gramática interna” e desempenho como “uso concreto da língua”, os ataques machistas, tanto os de longa duração histórica quanto aqueles muitas vezes simultâneos e calculados para as desestabilizarem no calor das discussões face a face, não surtiriam efeitos em seus estados emocionais, afetando, eventual e sensivelmente, seu desempenho linguístico, a despeito de sua competência? Por mais que tivessem bons motivos para se calarem, muitas mulheres não o fizeram ao longo da história,

embora mesmo suas resistências tenham sido invisibilizadas pelo machismo que as apaga de diversas maneiras. Vejamos duas delas na próxima seção.

3 OMISSÕES E ELOGIOS MASCULINOS A SERVIÇO DE APAGAMENTOS E OBJETIVAÇÕES FEMININAS

A Revolução Francesa, contando com a participação de burgueses, miseráveis e camponeses e, dentre esses, mulheres, derrubou uma monarquia no auge de uma crise econômica e social, sendo considerada um evento altamente emblemático, haja vista seu lema “Igualdade, Liberdade, Fraternidade”. Apesar do legado, essa igualdade não era incondicional ou absoluta. No documento que marca esse acontecimento democrático, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, lê-se: “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos.” Poderíamos supor ingenuamente que nele o termo “homens” tem o sentido de “seres humanos”, contemplando também as mulheres. Entretanto, o enunciado repetia a *isegoria* grega, já que todos os cidadãos tinham aqui o direito de participar efetivamente da democracia, mas desde que fossem homens.

Então, Olympe de Gouges produz, em 1791, a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, respondendo ao documento de 1789; afinal, era injusto que, mesmo tendo participado da Revolução, as mulheres não obtivessem o direito de votar ou de subir na tribuna. Em suas palavras, o homem quis “dominar de maneira déspota um sexo que recebeu todas as faculdades intelectuais” (Gouges, 1791, n. p.). Por seu ativismo, ela foi condenada à guilhotina em 1793, considerada “desnaturada” e “perigosa demais” por Robespierre e Marat.

Em *Breve História do Feminismo no Brasil*, Maria Amélia de Almeida Teles conta-nos um outro episódio histórico, ocorrido pouco mais de um século depois, desta vez na América Latina, que também ilustra como a não menção explícita às mulheres procura apagar sua existência e, conseqüentemente, silenciá-las:

Em 1876, as chilenas aproveitaram uma lacuna da Constituição de seu país, que não deixava explícita a proibição do voto feminino, para exercer seus direitos eleitorais. Apesar das negativas das autoridades, algumas

conseguiram se inscrever. Esse movimento das chilenas constituiu-se num dos pioneiros na luta pela igualdade de direitos na América Latina. Entretanto, a lei de 1884 negou taxativamente o voto às mulheres naquele país (Teles, 1993, p. 40).

Nesse caso, a omissão a respeito da condição feminina na política tinha valor de negação da existência e, conseqüentemente, de condenação à inexistência. A prova disso é que, quando conheceu uma objeção, isto é, a interpretação feminista de que, se o voto não era explicitamente proibido, é porque era permitido, o silêncio foi rompido com a proibição formalizada através de uma lei.

Também no Brasil aconteceram, no início do século XX, tentativas de exercício político feminino, como explica-nos Heleieth Saffioti (1975). Conforme a socióloga, na década de 1920, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino centralizou seus esforços na busca da garantia de que as mulheres pudessem exercer direitos políticos, afinal, eram fundamentalmente esses que assegurariam a conquista de outros direitos então vislumbrados, dentre os quais estavam a proteção à maternidade e à infância, o acesso à educação e à escolha consciente da profissão. Um dos pontos de partida para essa luta do grupo feminista envolvia a interpretação dos artigos 69, 70 e 72 da Constituição de 1891, reproduzidos abaixo:

Art. 69- São cidadãos brasileiros: 1º) Os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação; Art. 70- São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. § 1º) Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos nulos: 1º) Os mendigos; 2º) Os analfabetos; 3º) As praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º) Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual. § 2º) São inelegíveis os cidadãos não alistáveis. Art. 72- A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade nos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: § 1º) Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei. § 2º) Todos são iguais perante a lei (Brasil, 1981, p. 65).

Como se pode observar, não há menção explícita às mulheres, mas uma mulher pôde, durante a vigência dessa Constituição, pleitear um cargo no Ministério de Relações Internacionais, permissão somente justificada pela interpretação de que era apta a exercer

direitos políticos. Contudo, uma vez que emendas as quais explicitariam o direito ao voto feminino foram rejeitadas no artigo 70 “ou por julgar-se que os elementos femininos estavam inclusos na categoria cidadãos brasileiros, ou porque se objetivava excluí-los dos direitos políticos” (Saffioti, 1976, p. 260), prevalecia a ideia de que o voto feminino fosse inconstitucional.

Nos casos em questão, é a insubordinação feminina, o interesse das mulheres em tomar parte na política, que possibilita questionamento de documentos legais. Ainda que não se possa falar em uma verdade única dos documentos, acreditamos que a inexistência de menção explícita à mulher, nos casos em questão, opera efetivamente como uma condenação à inexistência. Em outros termos, as mulheres não são mencionadas porque prevalecia uma força conservadora conforme a qual elas não deveriam sequer existir nessa esfera de atuação.

Mas esses episódios de omissão masculina a serviço do apagamento feminino são apenas um tipo de estratégia desse longo dispositivo de silenciamento. Outra estratégia bem distinta, mas muito eficaz, da dominação masculina é falar — e não apenas falar, mas falar elogiosamente — das mulheres para que elas próprias não falem de si. Vejamos, a seguir, alguns exemplos desse recurso.

“A observação dos fenômenos afetivos, fisiológicos, psicológicos, sociais e morais me persuade que a missão da mulher é mais doméstica do que pública, mais moral do que política³”. Quando, ao longo das discussões sobre o voto feminino na Assembleia Constituinte de 1890-1891 no Brasil, o autor da tela *Independência ou Morte*, Pedro Américo, diz ser persuadido, após observação de vários fenômenos, de que a mulher é mais doméstica e moral do que pública e política, ele se investe de uma formulação com teor analítico, quase científico, emulando autoridade. Valendo-se da estrutura “mais x do que y”, argumenta em favor do caráter doméstico e moral da mulher sem reduzi-la a isso categoricamente, isto é, sugere fortemente seu espaço e esfera de atuação mais convenientes, sem afirmar que a mulher de nada teria a contribuir para o público e o político.

O parlamentar prossegue: “A mulher normal e típica não é a que vai ao foro, à praça pública nem às assembleias políticas defender os direitos da coletividade, mas a que fica no lar doméstico exercendo as virtudes feminis, base da tranquilidade da família e, por consequência,

³ Agência Senado.

da felicidade social”. Em consonância com o ideal burguês da esposa e mãe responsável, também, pela distinção social da família, no comentário do parlamentar, espaço doméstico e esfera moral opõem-se, respectivamente, ao espaço público e à esfera política: os primeiros referindo-se ao que se reserva à figura feminina, os segundos, ao que cabe à figura masculina. Sua formulação não exclui a ideia de que a mulher esteja contribuindo socialmente, afinal, cuidar da família, no raciocínio exposto, é cuidar da felicidade social.

Observemos adicionalmente o comentário do parlamentar Serzedelo Correa, que na mesma ocasião manifesta-se também contrário ao voto feminino:

A mulher, pela delicadeza dos afetos, pela sublimidade dos sentimentos e pela superioridade do amor, é destinada a ser o anjo tutelar da família, a educadora do coração e o apoio moral mais sólido do próprio homem. Jogá-la no meio das paixões e das lutas políticas é tirar-lhe essa santidade que é a sua força, essa delicadeza que é a sua graça, esse recato que é o seu segredo. É destruir, é desorganizar a família. A questão é de estabilidade social⁴.

O enunciado acima, de Serzedelo Correa, produz um efeito de objetividade por não haver sequer uma marca de primeira pessoa. Esse efeito se articula com uma concentrada carga subjetiva, formulada com recursos retóricos que conjugam intensidade e extensão na parcial exaltação da mulher. Retratada como “anjo tutelar”, “educadora do coração” e “apoio moral”, “a mulher”, representada de modo essencializado, é responsável por exercer funções de amparo e de cuidado do outro: da família e do homem. Tal vocação se justifica por atributos organizados em uma estrutura sintática que, sugerindo uma relação de causalidade, provoca um efeito de evidência: “A mulher, por w, por x e por y, é destinada a ser z”. No entanto, nessa lógica, apesar de reunir qualidades “naturais” que a tornam quase uma santidade, a mulher pode degenerar-se ao tomar parte na política. Assim é reforçada a associação já consolidada entre o feminino e a busca religiosa da virtude, estratégia produtiva, pois historicamente a religião foi instrumentalizada para doutrinar as meninas, de modo que “a piedade, para elas, não é somente um dever, é seu *habitus*” (Perrot, 2007, p. 44).

Coexiste com essa “divinização” uma objetificação: o verbo “jogar”, que geralmente seleciona como objeto um ser inanimado, é sucedido por um pronome que substitui “mulher”.

⁴ Agência Senado.

Na perspectiva delineada, a mulher está sujeita à ação do homem de “jogá-la” ou não na política. Quanto a essa assimetria, Beauvoir explica que “o sujeito se põe em se opondo” (1970 [1949], p. 12), afirmando-se como o essencial e tornando o outro o “inessencial”, e isso reciprocamente. Para a filósofa, enquanto os homens teriam estabelecido as mulheres como “o outro”, estas não teriam conseguido contestar a soberania deles, de modo tal que mesmo referências a figuras míticas femininas não seriam exceções à regra: “Terra, Mãe, Deusa não era ela para o homem um semelhante: era *além* do reino humano que se afirmava: estava, portanto, *fora* desse reino” (Beauvoir, 1970, p. 91). Assim, tanto a objetificação quanto a elevação ao *status* de divindade no enunciado de Correa desumanizam as mulheres, seja atribuindo-lhes incapacidade de decisão, seja atribuindo-lhes superioridade moral para justificar cobranças abusivas.

Retratando a mulher como apoio e suporte do homem, Correia ecoa o clichê sexista que prega o papel coadjuvante da figura feminina: “Por trás de um grande homem, há sempre uma grande mulher”, em vez de afirmar sua discordância quanto à concessão do direito do voto às mulheres. Seu enunciado poderia ter sido: “Sou contra o voto feminino”. Mas, evidentemente, essa formulação não surtiria os mesmos efeitos. Valendo-se de uma retórica reacionária (Angenot, 2015, p. 101-102), o político mobiliza uma série de adjetivações, de floreadas repetições de certo padrão sintático e de analogias figurativas para reproduzir discursos sexistas, reforçar sua posição conservadora e excludente e ainda construir uma argumentação que poderia ser parafraseada da seguinte maneira: “Realizar essa mudança, ou seja, conceder o direito de voto às mulheres, significa ir na direção de ‘seu’ suposto progresso, o que corresponde forçosamente a caminhar a passos largos para o abismo de uma degeneração”. O encadeamento de elogios serve, antes, para evitar a conquista de um direito do que para reconhecer virtudes e valores das mulheres.

Movidos pela dominação masculina, muitos homens falam “maravilhas” das mulheres para que elas não possam falar de si e por si. O silêncio feminino é uma construção histórica fundada em uma profusão de discursos que configuram as formas esperadas do ser mulher: fala-se delas para que elas não possam falar. Para nossa abordagem discursiva, o sujeito é construído historicamente por práticas, entre as quais as discursivas têm papel predominante. Nessas práticas, há, por um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos. Aqui, esses “modos de subjetivação são práticas de objetivação” (Revel, 2005). Por outro lado, “a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência” (Revel, 2005). A declaração de Correa consiste em uma

subjetivação da mulher que a reduz à instituição familiar, caracterizada por santidade, recato e delicadeza. Essa subjetivação é uma objetivação, realizada em terceira pessoa, a partir da qual, sem falar, ela é reduzida a objeto do discurso. Não se trata ali de um episódio isolado. Uma das propriedades de um enunciado são suas relações com outros que o margeiam, o precedem e o sucedem (Foucault, 2007). O enunciado de Correa reproduz o discurso sexista e concorre para abrir o horizonte à produção do recente e célebre enunciado “Bela, recatada e do lar”, com o qual um conhecido veículo da imprensa brasileiro se referiu a Marcela Temer, esposa do então presidente Michel Temer. Ambos se somam a tantas outras formulações, nas quais se reitera ainda hoje esse padrão de mulher virtuosa, desde que discreta e calada.

4 ‘SUBMISSA? VOSSA EXCELÊNCIA GOSTARIA QUE EU FOSSE?’ RESISTÊNCIAS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEAS

No ranking que analisa o percentual de mulheres nos parlamentos nacionais publicado em 2025, entre 183 países, o Brasil se encontrava na posição 133. Menos de um quinto desses cargos legislativos são ocupados por mulheres.⁵ O problema se repete em todas as instâncias, em diferentes proporções. E quando alçadas, de maneira legítima, aos cargos políticos para os quais se candidatam, elas enfrentam, repetidamente, dificuldades para exercerem seus mandatos.

Essas dificuldades vão desde interrupções e constrangimentos nos trabalhos cotidianos, passando por destituições arbitrárias e culminando na misoginia em sua forma mais crua: a extirpação da vida, como foi o caso do silenciamento aplicado a Marielle Franco. A fim de exemplificar como a misoginia atua na contemporaneidade, vamos analisar um episódio ocorrido neste ano com a Ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática, Marina Silva. O convite de Marina ao Senado se deveu à demanda por esclarecimentos acerca da criação de áreas de preservação próximas à região onde o governo deseja explorar petróleo, na Foz do Amazonas. O assunto é delicado, pois envolve discordâncias entre o ministério da ambientalista

⁵ Dados obtidos a partir do mapa *Mulheres na Política: 2025*, produzido pela ONU Mulheres em parceria com a União Interparlamentar (UIP). As informações podem ser conferidas em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/brasil-ocupa-a-133a-posicao-no-ranking-global-de-representacao-parlamentar-de-mulheres/>.

e o próprio governo. Após algumas quedas de braço, o projeto de exploração petrolífera vem avançando e tem despertado o interesse de empresas do ramo.

Em meio a uma discussão entre Marina Silva e Omar Aziz (PSD), o presidente da comissão, Marcos Rogério (PL), sugeriu que eles discutissem depois, já que Aziz seria da base do governo. Marina se disse desrespeitada por Aziz, e Marcos, em vez de validar sua posição, perguntou a outros parlamentares se havia ocorrido desrespeito, numa nítida demonstração de machismo, afinal, a palavra feminina não bastou para creditar aquilo que a própria Marina havia sentido. Assim, o senador que presidia o momento abria precedentes para um *mansplaining*, quando homens são convidados a falarem de experiências que uma mulher, neste caso, Marina, teria propriedade para falar.

Insistindo em responder Aziz, Marina Silva tenta falar, pedindo ao menos um minuto de fala e sublinhando sua condição de convidada para estar ali. Ao que Marcos responde dizendo: “Vossa excelência foi convidada, mas não está presidindo”. Notando a indisposição do condutor daquele momento, a senadora Eliziane Gama questiona qual o custo de dar dois minutos para a ministra interrogada. Dessa forma, a política sinalizava que o presidente estava impedindo a fala de Marina, num gesto de solidariedade à colega senadora licenciada. Ainda assim, Marcos corta o microfone da ministra, impedindo-a de ser ouvida através da limitação de um recurso material que daria projeção às suas palavras, efetuando, assim, uma nova modalidade de silenciamento.

Marcos Rogério: Vamos seguir a pauta da comissão, Senador Chico Rodrigues...

Marina (com dedo em riste): Fique tranquilo, é um governo de frente ampla [incompreensível] ditadura que o senhor não se importou com ela.

Marcos Rogério: Essa é a educação da Marina Silva? Ela aponta o dedo e (levantando as mãos e sorrindo)... Senador Chico Rodrigues...

Marina: Submissa? Vossa Excelência gostaria que eu fosse? Eu não sou. Eu vou falar.

Marcos Rogério: Me respeite, Ministra, me respeite! Vossa Excelência se ponha no seu lugar. Vossa Excelência tem a palavra. Não venha me chamar.

Eliziane: Que isso, Presidente!

Marcos Rogério: Vossa Excelência está atribuindo como sexismo... não sou sexista.

Eliziane (em tom ascendente): Que absurdo! Que desrespeito é esse com a ministra! Que absurdo, que absurdo, que absurdo! Ponha-se o senhor no seu lugar.

Marcos Rogério: Vossa Excelência está vindo aqui para tumultuar.

Ao sugerir que Marina não tem educação, Marcos faz um apagamento da respeitável de sua trajetória como uma referência internacional no ativismo ambiental e na militância política, além de ativar, pela memória discursiva, preconceitos historicamente estabelecidos contra a sua constituição interseccional, mulher negra nortista, empobrecida. A esses grupos são frequentemente atribuídos preconceitos como a ideia de que não têm cultura, educação ou refinamento. Além disso, ao ordenar que ela se pusesse em seu lugar, ele realiza um apagamento bastante hostil de sua posição institucional legitimamente alcançada. É preciso pontuar que Marina estava ali na condição de ministra e de convidada e que, se não estivesse licenciada, seria uma colega de casa legislativa, pois, assim como os senadores ali presentes, também ela foi eleita para o Senado. Soma-se a isso o fato de Marina ser mais velha do que Marcos Rogério. Nenhuma dessas condições incontornáveis ocupadas por Marina foi suficiente para aquele homem manter uma postura minimamente respeitosa. Isso provocou a indignação dos outros parlamentares, notadamente, a de Eliziane Gama, que espelha a ordenação dada por Marcos a ele próprio, chamando-o a ver a distribuição de poder ali por seu ponto de vista. No fim das contas, conclui-se que a qualificação de “sem educação” e “grosseira” coube a uma mulher que insiste em ser respeitada e ouvida e que sua maior defensora foi uma outra mulher. Nesse caso, por exclusão, a mulher bem-educada seria a que aceita pacificamente os atropelos de sua voz.

Nesse sentido, com a afirmação de que não seria submissa e de que não se calaria, Marina demonstra compreender exatamente de onde veio a tentativa de ridicularizá-la: do incômodo que ela representa em relação às expectativas que tradicionalmente recaem sobre as figuras femininas. Um pouco depois, Marina exime-se de qualquer acusação de falta de educação, de maneira elegante, sem nem mesmo ter sido solicitada a justificar-se, com as palavras que reproduzimos abaixo:

Quem aumentou o tom foram os que me anfitriam e obviamente que eu sou uma mulher que, como eu disse, eu sou de luta e sou de paz, mas nunca vou abrir mão da luta, não é pelo fato de ser mulher que eu vou deixar que as pessoas atribuam a mim coisas que eu não disse.

Nesta declaração, Marina mostra reconhecer que, na base das tentativas de abafar sua voz e impedir a sua escuta, seja por cortes de microfone, seja por sobreposições à sua fala, está o entendimento de que a mulher seria passiva ou incapaz de se posicionar. Além disso, na

afirmação “sou de luta e sou de paz”, que conjuga em uma mesma identidade conceitos muitas vezes entendidos como opostos, a memória discursiva leva-nos ao entendimento de que muitas das conquistas que vieram para o bem — e isto a própria luta feminista o exemplifica — só foram obtidas através de conflito e de luta. A adversativa que segue “mas nunca vou abrir mão da luta” remete a essa ideia de que a luta é um aspecto essencial para as mudanças sociais que visam, inclusive, à paz. Neste caso, especificamente, uma maior igualdade entre homens e mulheres, já que nesta ocasião é o sexismo que está em jogo: “não é pelo fato de ser mulher que eu vou deixar que as pessoas atribuam a mim coisas que eu não disse”. Assumir uma postura puramente pacífica e passiva, de submissão, seria permitir a anulação de sua voz e dos sentidos que desejava expressar, retrocedendo em termos de direitos que teoricamente já seriam garantidos, mas que, na prática, são objeto de luta constante, para que sejam efetivamente exercidos.

Mais tarde, na expressão mais clara do desrespeito durante a sessão, que culminaria no abandono da casa legislativa por Marina, o senador Plínio Valério diz: “Ministra, Ministra Marina, que bom reencontrá-la. Ao olhar para a senhora eu estou vendo uma ministra, não estou falando com uma mulher. Porque a mulher merece respeito, a ministra, não. Vamos separar”. Com essa fala, Plínio denota uma completa desconsideração pela posição institucional de Marina. Sua declaração poderia ser parafraseada como “como uma mulher frágil e dócil, eu posso respeitá-la, mas não como uma figura política”. Essa ideia estabelece continuidade com a de que “a mulher é mais doméstica do que política” e de que a mulher deve ser bela, recatada e do lar. Seguindo essa lógica, isso é o mesmo que dizer que ele não tem nenhum respeito por ela, afinal, não é o gênero de Marina que a levou até ali, mas sua posição de ministra. Tanto que ela afirma que não foi convidada por ser mulher, mas por ser ministra e que, por essa razão, caso ele não pedisse desculpas, ela deixaria a sessão. E assim o fez.

Diante de tais silenciamentos ora bárbaros e manifestos ora discretos e dissimulados, poderíamos assim reformular uma pergunta foucaultiana: “O que há de tão perigoso no fato de as mulheres falarem no espaço público e de seus discursos conhecerem crescentes proliferações?”.

Para Saffioti (1976), a submissão atribuída socialmente à mulher pode ser não apenas conveniente, como também fundamental para o funcionamento do sistema capitalista. Dada a desigualdade na distribuição da renda e dos postos de trabalho constituinte do capitalismo, a

associação da mulher ao espaço doméstico e ao trabalho pouco ou mesmo não remunerado, aliada à maior aceitabilidade do desemprego desta do que do homem, é um mecanismo eficiente para a manutenção desse sistema econômico. Impedir ou reduzir sua participação na política é uma forma de conservar esse estado de coisas. Do ponto de vista dos estudos linguísticos e discursivos, cabe continuar observando as metalinguagens de silenciamento feminino e de resistência feminista, a fim de buscar novas e mais completas respostas.

5 CONCLUSÃO

O percurso analítico percorrido permite afirmar que discursos predominantes sobre a fala feminina reiteram, em diferentes períodos históricos, o mesmo gesto fundamental: afastá-las da esfera política, instância de decisão por excelência. Apesar de resistências que se insurgiram contra esses silenciamentos, o gênero feminino sempre foi instado a se calar e a se conter, como pudemos observar a partir de textos de cunho religioso, literário, educativo, legal e político. Esse imperativo é tão poderoso que, mesmo após uma maior abertura do campo político às mulheres, conquistada a duras penas pelas lutas feministas, elas sofrem dificuldades para efetivamente exercer seu direito à palavra. Há um abismo entre o que se compreende como um direito adquirido por um grupo social e seu efetivo exercício, pois mesmo em condições legítimas, são desrespeitadas, interrompidas e silenciadas.

Nesse sentido, a produção de metalinguagens da resistência feminista — seja pela criação de categorias como *mansplaining* e *maninterrupting* pelas feministas; seja por mulheres e aliados que se insurgem contra o machismo, o identificam e buscam contorná-lo; seja pela pesquisa linguística comprometida com a desnaturalização e com a descrição do funcionamento do sexismo — mostra que esse longo silenciamento é um projeto político da dominação masculina. E, como tal, é preciso acreditar que pode ser contraposto, denunciado e desarticulado.

O episódio de silenciamento sofrido por Marina Silva confirma que o sexismo na fala pública opera ativamente, diante de nossos olhos e ouvidos, para limitar, dificultar, evitar e negligenciar a presença e a escuta das mulheres na política, ainda que tenham incontestável legitimidade institucional para falarem. Por outro lado, também é verdade que, se a dominação

masculina segue ativa, o caso analisado confirma também que tais práticas de silenciamento encontram hoje respostas mais imediatas, mais amplificadas e mais solidárias. Por sua frequência e seus impactos, fenômenos análogos ao descrito neste artigo devem ser investigados nos termos de seus elementos, recursos e funcionamentos discursivos, porque a disputa pela palavra é sempre disputa por poder.

Discourses on women's speech and the metalanguage of feminist resistance

ABSTRACT:

An intense discursive production on women's speech is conditioned by a sexism applied to public speech (Courtine; Piovezani, 2018) and contributes to its own preservation. Drawing on Discourse Analysis, we aim to present the long-standing silencing imposed on women in Western culture, as well as the growing—though still incipient—feminist resistance that opposes it. To this end, we assembled an archive composed of metalinguistic utterances through which attempts at female silencing materialize, and in which feminist resistances rise up against such violence. Given the centrality of the notion of *metalanguage* to this work—encompassing both our object of study and our goal in producing linguistic knowledge—we dedicate our initial section to explaining our more specific interest in a “metalanguage of feminist resistance.” The discussion is organized into three moments: first, we present illustrative utterances of discursive misogyny across Western history, including literary, religious, and educational texts of considerable relevance and reach; next, we exemplify how both men's omission regarding women and the discursive placement of women *by* men contribute to female silencing. Finally, we analyze an episode of silencing directed at Marina Silva earlier in 2025, demonstrating that such sexism persists; for this reason, its contestation must be treated as an urgent commitment.

KEYWORDS: Women's speech. Sexism. Metalanguage.

REFERÊNCIAS:

ANGENOT, M. **Discurso social e retóricas da incompreensão**. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

ARISTÓFANES. **A revolução das mulheres**. Tradução: Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

ARNOUX, E. Los manuales de retórica y los de urbanidade del siglo XIX: el control de las emociones como marca de distinción. **Retór.** v. 7, n. 2, p. 110-134, 2017.

AUROUX, S. O nascimento das metalinguagens. In: AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Vol. I. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral Catequética. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2008.

BRAGA, A.; PIOVEZANI, C. **A fala feminina**: silenciamentos e resistências. São Paulo: Jandaíra, 2025.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 25 de fevereiro de 1891, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 20 abr. 2024.

CAMERON, D. **Women, Civility and the Language of Politics**: Realities and Representations. *The Political Quarterly*, v. 93, p. 25-31, 2022. <https://doi.org/10.1111/1467-923X.13050>.

CHOMSKY, N. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

COULOMB-GULLY, M. **Sexisme sur la voix publique** – Femmes, éloquence et politique. La Tour-D'Aigues - France Editions de l'Aube, 2022.

COURTINE, J.-J.; PIOVEZANI, C. (Orgs.). **História da fala pública**: uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis: Vozes, 2015.

CULIOLI, A. La formalisation en linguistique. In: **Cahiers pour l'analyse**. Paris, n. 9, p. 106-117, 1968.

D'INCAO, M. Â. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 223-240.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

GOUGES, O. **Declaração de Direitos da Mulher e Cidadã**, 1791. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/DeclaraDirMulherCidada1791RecDidaPESSOALJNETO.pdf>. Acesso em: 02 out. 2022.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (Org.). **Análise de discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. Araraquara: Letraria, 2020, p. 17-39.

JAKOBSON, R. Linguística e Poética. In: **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2004, p. 118-162.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. **O Martelo das Feiticeiras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PERROT, M. **Minha História das Mulheres**. Tradução de Ângela M.S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PIOVEZANI, C. **A voz do povo**: uma longa história de discriminações. Petrópolis: Vozes, 2020.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução de Maria do Rosário Gregolin; Nilton Milanez; Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TRABANT, J. **A linguagem, objeto de conhecimento**: breve trajeto pela história das ideias linguísticas. Tradução de Carlos Piovezani, Luzmara Curcino e Marcio Alexandre Cruz. São Paulo: Parábola, 2020.